

**BALANÇO PATRIMÔNIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

ATIVO	NOTA	31 DEZEMBRO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31 DEZEMBRO	
		2016(Societário)	2015(Societário)			2016(Societário)	2015(Societário)
ATIVO CIRCULANTE	4	33.074.831,54	29.192.977,75	PASSIVO CIRCULANTE	6	6.979.337,20	8.857.299,83
Disponibilidades Financeiras	4.1	8.730.911,04	5.823.911,57	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	6.1a	481.244,27	162.052,99
Caixa		1.284,92	2.651,19	Obrigações Tributárias	6.1a	589.651,02	696.825,88
Bancos - Recurso Próprio		824.073,90	1.785.302,86	Fornecedores de Bens e Serviços	6.2	766.442,75	585.911,14
Bancos - Convênios e Obras		7.905.552,22	4.035.957,52	Impostos e Contribuições Parcelados	6.3	61.685,62	179.962,32
Títulos e Valores Mobiliários	4.2	9.887.262,25	9.147.753,92	Lei nº 11941/2009		10.707,48	9.895,56
Aplicações - Recurso Próprio		6.167.067,09	7.933.811,65	INSS Parcelado		50.978,14	170.066,76
Aplicações - Convênios e Obras		3.720.195,16	1.213.942,27	Provisões Trabalhistas e Contingências		3.323.278,90	4.028.718,30
Prestações a Receber	4.3	77.612,44	297.389,59	Provisão Férias	6.4.1	2.586.666,92	3.433.646,31
Conjuntos e Loteamentos		77.612,44	297.389,59	Contingências Judiciais	6.4.2	736.611,98	595.071,99
Adiantamentos	4.4	13.561.994,74	13.256.868,97	Obrigações por Empréstimos	6.5	1.757.034,64	3.203.829,20
Concedidos a Obras		13.561.994,74	13.256.868,97	Recebidos de Obras		1.757.034,64	3.203.829,20
Impostos a Recuperar	4.5	754.978,29	607.896,28	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.770.392,83	5.354.110,21
Tributos Federais		754.978,29	607.896,28	Exigível a Longo Prazo		11.770.392,83	5.354.110,21
Estoque de Bens	4.6	62.072,78	59.157,42	Créditos para recursos vinculados	7.1	11.625.747,38	5.249.899,79
Almoxarifado		62.072,78	59.157,42	Recursos vinculados a Obras e Convênios		11.625.747,38	5.249.899,79
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5	12.566.608,39	13.325.497,51	Impostos parcelados	7.2	144.645,45	104.210,42
Realizável A Longo Prazo		8.813.460,45	8.409.506,94	Lei nº 11941/2009		71.383,20	75.865,96
Devedores por Vendas Comprom.	5.1 a	1.043.202,54	969.183,05	INSS Parcelado		73.262,25	28.344,46
Conjunto Habit. Parque Atheneu		1.043.202,54	969.183,05	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.891.709,90	28.307.065,22
Devedores por Créditos Repassados		5.561.678,45	5.307.284,45	Capital Social	8.1	110.917.981,64	94.682.446,72
Prefeitura de Municipal de Anápolis	5.1 b	5.304.962,58	5.050.568,58	Capital Subscrito		129.133.567,16	109.133.567,16
Prefeitura de Municipal de Goiânia	5.1 c	256.715,87	256.715,87	Capital Subscrito a Integralizar		-18.215.585,52	-14.451.120,44
Unid. Resid. Programas Governo Goiás	5.1 d	1.900.000,00	1.900.000,00	Reservas de Capital	8.2	9.389.064,77	9.389.064,77
Conjunto Sabiá		1.723.255,56	1.723.255,56	Investimento em Ações		6.789.064,77	6.789.064,77
Conjunto Planície		176.744,44	176.744,44	Edificações		2.600.000,00	2.600.000,00
Terrenos Dest. Edif. Ou Urbanização	5.1 e	54.655,68	54.655,68	Resultado de Apuração	8.3	-93.415.336,51	-75.764.446,27
Conjunto Santos Dumont		54.655,68	54.655,68	Resultado Exercícios Anteriores		-74.421.427,38	-56.057.770,29
Depósitos Judiciais	5.1 f	227.247,84	178.383,76	Resultado do Período		-18.993.909,13	-19.706.675,98
Bloqueios Judiciais		227.247,84	178.383,76				
Devedores Diversos	5.1 g	26.675,94	,00				
Devedores Judiciais		26.675,94	,00				
Investimentos	5.1.1	,00	5.545,17				
Investimentos em outras empresas		,00	5.545,17				
Participações em Outras Empresas		,00	5.545,17				
Imobilizado	5.2 a	3.115.461,28	4.899.936,95				
Bens Tangíveis		3.115.461,28	4.899.936,95				
Bens Móveis		1.321.016,84	3.903.307,63				
Bens Imóveis		2.696.600,54	2.426.432,42				
(-) Depreciações Acumuladas		-902.156,10	-1.429.803,10				
Intangível	5.2 b	637.686,66	10.508,45				
Bens Intangíveis		637.686,66	10.508,45				
Software		676.916,26	21.724,00				
(-) Amortizações Acumuladas		-39.229,60	-11.215,55				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>45.641.439,93</b>	<b>42.518.475,26</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>45.641.439,93</b>	<b>42.518.475,26</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Societário)**

Valores em Reais	NOTA	31 de Dezembro de 2016 (Societário)	31 de Dezembro de 2015 (Societário)
DESCRICOÃO	9	4.351.628,11	3.078.562,02
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		0,00	-11.909.139,25
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	-11.909.139,25
Custos dos Serviços Prestados		0,00	-11.909.139,25
LUCRO OPERACIONAL BRUTO (PREJUÍZO)		4.351.628,11	-8.830.577,23
DESPESAS OPERACIONAIS		-21.814.923,50	-10.346.334,78
Despesas Administrativas	10	-20.378.447,71	-9.007.628,79
Despesas Tributárias	12	-773.302,04	-1.338.705,99
Outras Despesas Operacionais	14	-663.173,75	
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS		-2.263.439,47	-1.571.280,23
Depreciação e Amortização	13	-190.221,63	-251.992,03
Contribuições Patronais	13	-175.358,24	-30.519,91
(+)Receitas Eventuais		0,00	11.530,65
Perdas de Capital	15	-1.897.859,60	-1.300.298,94
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO		732.825,73	1.041.516,26
Despesas Financeiras	11	-228.887,32	-40.938,96
(+) Receitas Financeiras	9	961.713,05	1.082.455,22
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO		-18.993.909,13	-19.706.675,98
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		-18.993.909,13	-19.706.675,98

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

DFC – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	Valores em reais (\$)	
	31/12/2016 (Societário)	31/12/2015 (Societário)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo) Líquido	(18.993.909,13)	(19.706.675,98)
Ajustes de Exercícios Anteriores no Patrimônio Social	1.343.018,89	-
Subtotal	(17.650.890,24)	(19.706.675,98)
Ajustes para reconciliar Déficit com Caixa gerado pelas Operações		
Depreciação e amortização	(499.632,95)	251.992,03
Subtotal	(499.632,95)	251.992,03
(Acréscimo) decréscimos do Realizável a Curto Prazo		
Títulos e Valores Mobiliários	(739.508,33)	425.119,37
Adiantamento a Empregados	90.795,72	14.361,89
Outros Adiantamentos	-	63.931,06
Adiantamento Concedidos a Obras	(395.921,49)	(3.366.722,82)
Prêmio de Seguros	-	21.472,18
Prestações a Receber Conjuntos e Loteamentos	219.777,15	(77.132,97)

Estoques de Consumo	(2.915,36)	(13.066,90)
Impostos a Recuperar	(147.082,01)	(248.809,30)
Despesas Antecipadas	-	-
Terrenos para outros fins	-	1.300.181,02
<b>Subtotal</b>	<b>(974.854,32)</b>	<b>(1.880.666,47)</b>
Acréscimo (Decréscimo) do Exigível a Curto Prazo		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Trabalhista	212.016,42	240.585,70
Contratos Adiantamentos	(200,00)	-
Fornecedores	180.731,61	195.392,09
Impostos e Contribuições Parcelados	(118.276,70)	16.141,44
Provisões Trabalhistas e Contingências	(705.439,40)	3.151.446,12
Obrigações por Empréstimo (Obras)	(1.446.794,56)	(512.846,24)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.877.962,63)</b>	<b>3.090.719,11</b>
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(21.003.340,14)	(18.244.631,31)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Investimentos Corrigidos	5.545,17	
Baixa (Aquisições) de investimentos/ imobilizado	2.312.122,67	(159.641,34)
Baixa (Aquisições) de Intangível	(655.192,26)	(60,41)
(=) Caixa Líquido das atividades de investimentos	1.662.475,58	(159.701,75)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Integralização de Capital	16.235.534,92	19.748.767,46
(Acréscimo) decréscimos do Realizável a Longo Prazo		
Devedores por Vendas Compromissadas	(74.019,49)	175.474,54
Infra Estrutura de Conjuntos Habitacionais	(254.394,00)	(222.604,21)
Depósitos Judiciais	(48.864,08)	28.704,83
Devedores Diversos	(26.675,94)	-
<b>Subtotal</b>	<b>15.831.581,41</b>	<b>19.730.342,62</b>
Acréscimo (Decréscimo) do Passivo não Circulante		
Créditos Para Recursos Vinculados Obras e Convênios	6.375.847,59	(466.331,31)
Parcelamento de Impostos	40.435,03	(155.455,24)
<b>Subtotal</b>	<b>6.416.282,62</b>	<b>(621.786,55)</b>
(=) Caixa Líquido das atividades de Financiamento	22.247.864,03	19.108.556,07
(=) AUMENTO/ (REDUÇÃO) DO CAIXA LÍQUIDO	2.906.999,47	704.223,01
<b>AUMENTO ( REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2.906.999,47</b>	<b>704.223,01</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	5.823.911,57	5.119.688,56
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício	8.730.911,04	5.823.911,57

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Societário)**

DISCRIMINAÇÃO	Capital Realizado Atualizado		Reservas de Capital		Reservas de Reavaliação		Total
	Capital Subscrito	A Realizar	Investimento em Ações	Edificações	De Ativos Próprios	Resultado Apurado	
Saldos em 31/12/2015	109.133.567,16	-14.451.120,44	6.789.064,77	2.600.000,00	0,00	-75.764.446,27	28.307.065,22
Ajustes de Exercícios Anteriores.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.343.018,89	1.343.018,89
Aumento de Capital, aprovado na Ata 93ª	20.000.000,00	-20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital Social em 2016	0,00	16.235.534,92	0,00	0,00	0,00	0,00	16.235.534,92
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Apurado do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-18.993.909,13	-18.993.909,13
Saldos em 31/12/2016	129.133.567,16	-18.215.585,52	6.789.064,77	2.600.000,00	0,00	-93.415.336,51	26.891.709,90

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**APRESENTAÇÃO**

AGÊNCIA GOIÂNIA DE HABITAÇÃO S/A – AGEHAB, inscrita no CNPJ sob nº. 01.274.240/0001-47 com sede na Rua 18-A, nº 541, Setor Aeroporto, Goiânia, Goiás, CEP 74.070-060 é uma sociedade de Economia mista de Direito Privado, sucedânea da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS - COHAB-GO, criada na forma do Decreto-Lei Estadual nº 226, de 03 de julho de 1970 e lei Municipal de Goiânia nº 4.652, de 29 de dezembro de 1972, e transformada em Agência Goiânia de Habitação, através da Lei Estadual Nº 13.532 de 15 de outubro de 1999, credenciando para administrar a carteira habitacional pertencente ao Estado de Goiás e subordinada ao controle acionário do Governo de Goiás. Dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, integrante da Administração indireta, Jurisdicionada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2016**

**CHEQUE MORADIA E UNIDADES RESIDENCIAIS** - Liberação para o Programa Cheque Mais Moradia mais de R\$ 85 milhões em recursos estaduais. O investimento direto engloba construção de novas unidades habitacionais e equipamentos comunitários, além de reforma e melhoria em unidades e equipamentos já existentes. Foram mais de 4,8 mil novas unidades entregues em todo o Estado de Goiás. No total essas obras representaram o emprego de R\$ 57 milhões de recursos estaduais que serviram de aporte para atrair outros R\$ 207,6 milhões de origem federal. Entre as primeiras realizações de 2016, já nos primeiros dias de janeiro, o Governo de Goiás entregou 1.000 unidades habitacionais no Residencial Cidade Jardim II, em Jataí, na parceria com o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

**EVENTOS REALIZADOS** - Realização 223 eventos em 2016 para a entrega de casas, escrituras e cheques moradia, comunitário e reforma a entrega de Autorizações de Mudança, entrega de cheques e de pendências foram realizadas nos seguintes municípios: Itapuranga, Nova Crixás, Britânia, Araguapaz, Mossâmedes, Itaguari, Uruana, Araçu, Santa Isabel, Corumbá, São Francisco, Goianópolis, Jussara, Três Ranchos, Anhanguera, Acreúna, Santa Rita do Araguaia, Portelândia, Itumbiara, Cachoeira Dourada, Jataí, Firminópolis, Aurilândia, Cachoeira Alta, Cavalcante, Corumbaíba, Trindade, Jaraguá, Porangatu, Trombas, Niquelândia,

Cidade de Goiás, Rubiataba, Alto Paraíso, Cezarina, Edéia, Posse, Minaçu, Damianópolis, Silvânia, Uruaçu, São João da Aliança, Ouro Verde, Caldas Novas, Mara Rosa, Flores de Goiás, Petrolina, Bom Jardim de Goiás, Carmo do Rio Verde, Ivollândia, Perolândia, Davinópolis, Ouidor, Guaraitá, Pontalina, Pires do Rio, Formoso, Alexânia, São Domingos, Monte Alegre, Rio Verde, Nova Glória, Goianésia, Aparecida do Rio Doce, Campestre, Novo Brasil, Planaltina, Ipameri, Fazenda Nova, Professor Jamil, Santa Tereza, Morro Agudo, Buriti Alegre, Vianópolis, Rialma, e Colinas do Sul.

**CADASTROS REALIZADOS** - Fornecidos aos conveniados para realização de cadastro 123.404 fichas no ano de 2016. Executadas análises de 14.653 fichas de cadastro e destas foram contemplados 10.531 beneficiários. Dos convênios assinados em 2016, já estão aptos a serem selecionados mais 21.792 beneficiários.

**ATENDIMENTOS SOCIAIS** - Realizadas atividades de visitas domiciliares relacionadas a solicitações de Cheque Moradia, sendo para moradia, reforma, construção e regularização fundiária. Foram mais de 700 visitas para a averiguação de irregularidades na ocupação de imóveis em empreendimentos habitacionais construídos diretamente pela AGEHAB ou através de convênio firmado entre os municípios e AGEHAB. As visitas foram realizadas em Goiânia, na região metropolitana de Goiânia e nos municípios em que há convênio para a construção de unidades habitacionais pelos diversos programas: Sub-50, FGTS e FAR. Foram realizados atendimentos presenciais diversos a beneficiários, na sede da AGEHAB e atendimentos por telefone. Foram realizados atendimentos presenciais que não demandaram visitas domiciliares.

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** - Entregues 3.239 escrituras e realizados eventos públicos para a coleta de assinaturas em 4.105 escrituras. Assinados ainda mais 11 novos convênios. Em 2016 mais 32 projetos em execução.

**FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS** - Vistoriadas no ano de 2016 11.061 Unidades Habitacionais e 79 Equipamentos Comunitários, dentre eles foram entregues neste período 4.834 Unidades Habitacionais e 21 Equipamentos Comunitários. **PROJETOS EXECUTADOS** - O Governo do Estado de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação S/A - AGEHAB tem somado esforços para garantir o acesso à moradia digna para inúmeras famílias goianas. Dentre as ações destacamos as propostas apresentadas para captação de recursos federais específicos para melhorias na qualidade de vida da população, por meio de projetos de urbanização, de implantação de unidades habitacionais de interesse social incluindo ações de infraestrutura e a construção de equipamentos públicos. Em parceria

com o Governo Federal, CAIXA, Prefeituras e Entidades, com propostas e projetos elaborados, estão sendo realizadas diversas ações sociais que trarão benefícios às sociedades, principalmente a população de baixo poder aquisitivo, em nosso Estado. Os projetos são elaborados para utilização desta Agência e fornecimento a entidades, municípios e pessoas de baixa renda, com o objetivo de captação de recursos para construção, os quais são anexados aos processos de solicitação de recursos, no Ministério das Cidades, CAIXA e na AGEHAB. Empreendimentos: Residencial Nelson Mandela; Residencial João Paulo II; Conjunto Vera Cruz; Residencial Zilda Arns; Conjunto Valéria Perillo; PAC – Jardim Curitiba PAC – Madre Germana I e II, Projetos Executivos: Projeto Padrão de Casa Térrea, Projeto Padrão de Equipamentos Comunitários, Projeto Padrão de Habitação Coletiva – Apartamentos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC e às legislações fiscais em vigor e, no que couberem, normas relativas às sociedades por ações (Lei 6.404/76), Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009.

### 3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- Regime de Escrituração – A entidade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.
- Provisão para Férias – É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais.
- Demais ativos e passivos – Circunscritos em período previsto de até 12 meses do exercício subsequente estão classificados como Curto Prazo Circulante, e os acima de 12 meses no Ativo e Passivo Não Circulante.
- Investimentos – os investimentos, representados basicamente por participações minoritárias, sem influência significativa na administração, estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- Ativo Imobilizado – Os itens pertencentes ao Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. Os encargos de depreciação são reconhecidos pelo método linear e depreciados baseados nas depreciações fiscais e econômicas.
- Demais Passivos Circulantes – os demais passivos circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- Passivos não Circulantes - Os passivos não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 31 de dezembro de 2016, não possuindo previsão de taxa de desconto.
- Receitas e Despesas - As receitas e despesas da ENTIDADE, reconhecidas pelo regime de Competência. As apropriações das receitas foram registradas na data em que ocorreu o presente fato gerador, ou seja, o efetivo direito ao valor a ser faturado. As apropriações das despesas foram registradas considerando a data de apresentação das notas fiscais dos fornecedores;

### 4. ATIVO CIRCULANTE

#### 4.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades no valor de R\$ 8.730.911,04, deste o valor de R\$ 7.905.552,22 refere-se os saldos bancários com vinculação a contratos junto à Caixa Econômica Federal – CEF, exclusivas para movimentar recursos das Obras e dos Convênios de Cooperação Técnica com o Estado de Goiás e Convênio com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o Ministério das Cidades.

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Caixa Sede	1.284,92
Banco Contas Movimento	824.073,90
Banco Contas Vinculadas a Contratos	7.905.552,22

#### 4.2 TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E DEPÓSITOS.

Representada por R\$ 9.887.262,25, destacam-se dos depósitos de aplicação financeira, o valor de R\$ 3.720.195,16 referente a créditos vinculados a contratos e disponibilizados em curto prazo para cumprimento de atividades das Obras e Convênios.

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Depósitos Aplicação Financeiras e Poupança - Recurso Próprio	6.167.067,09
Depósitos Aplicação Financeiras e Poupança vinc. a contratos	3.720.195,16

#### 4.3 CLIENTES

Bens Imóveis comercializados no valor R\$ 77.612,44 estão representados já com o subsídio do Governo conforme Ata da AGE nº 75ª, referentes às Unidades do Conjunto Habitacional Parque Atheneu e Residencial Acalanto.

#### 4.4 ADIANTAMENTOS

Representa os adiantamentos para as Obras Cíveis em andamento em todo o Estado de Goiás, totalizando R\$ 13.561.994,74:

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Adiantamentos para Obras	19.710.562,37
Provisão p/ Perdas de Adiantamento	(6.148.567,63)

Os adiantamentos são oriundos das contas correntes de movimento recurso próprio, como transferência bancária para as contas vinculadas a contratos das obras cíveis, utilizados para pagamento de serviços de construção, salários, impostos e outros custos e despesas já contratados.

#### 4.5 IMPOSTOS A RECUPERAR

A composição deste grupo refere-se a Impostos Federais a recuperar, atualizados fisicamente pela SELIC, no valor de R\$ 754.978,29.

Descrição da Conta	Saldo Contábil
IRRF sobre Aplicações Financeiras	477.079,54

COFINS/PIS/CSLL a Recuperar

IRRF a Recuperar	139,07
IR Retido S/Serviços Próprios	267.187,89
INSS Receita Bruta	10.069,64

Solicitado junto à Receita Federal, através PERDCOMP aproveitamento de COFINS/PIS/CSLL a recuperar, IRRF a recuperar e INSS Receita Bruta, não sendo autorizado até a presente data.

4.6 ESTOQUE

Realizado contagem física dos materiais de uso e consumo totalizando R\$ 62.072,78 em estoque.

### 5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

#### 5.1 REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

- Bens Imóveis comercializados no valor R\$ 1.043.202,54 estão representados já com o subsídio do Governo conforme Ata da AGE nº 75ª, referentes às Unidades do Conjunto Habitacional Parque Atheneu e Residencial Acalanto, todos ajustados a valor presente;
- Os Créditos com Prefeitura de Anápolis estão atualizados financeiramente e correspondem a valores divulgados nas Demonstrações Financeira da Prefeitura;

Descrição da Conta Saldo Contábil

Prefeitura Municipal de Anápolis 5.304.962,58

- Saldos pendentes desde 2.005, com contratos celebrados entre as partes, cujo da PAVICAP procedeu-se um encontro de contas com débitos de ITU. No dia 01 de Julho de 2016 através do processo nº 66688411 foi solicitado junto a Prefeitura de Goiânia aproveitamento do crédito, até a presente data sem parecer final.

Descrição da Conta	Saldo Contábil
PAVICAP	256.715,87

- Terrenos Unidades Residenciais de Programas de Governo, no município de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia:

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Conjunto Sabia- Senador Canedo	1.723.255,56
Conjunto Planície-Aparecida de Goiânia	176.744,44
SOMA	1.900.000,00

- Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização

LOCALIDADE	QUADRA	LOTE	RUA	AREA (m2)	Valor M2	Valor Contábil
CONJUNTO SANTOS DUMONT	114	5	Rua 04	550	18,72	10.296,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	15	Rua 10	450	18,72	8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	16	Rua 10	450	18,72	8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	17	Rua 10	1.087,94	18,72	20.364,38
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	18	Rua 19	381,8	18,72	7.147,30

- Montante no valor R\$ 227.247,84 refere-se a Depósitos e Bloqueios Judiciais oriundos de Ações Trabalhistas e Cíveis.

- ATIVO CONTINGENTE Referem-se a direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Processos Judicial Civil em tramitação, PROVISIONADO, classificados como ATIVO CERTO

Ação Ordinária de Rescisão Contratual Cumulada com Devolução de Valores contra a empresa Bombardi Designar Ltda, que devido a inaplicabilidade do projeto, atualizado monetariamente em R\$ 26.675,94, processo em fase de cumprimento de sentença.

Processos Judiciais Cíveis em tramitação, não sendo possível determinar valores, classificados como ATIVO CERTO

02 (Duas) Ações de cobrança por descumprimento contratual promovida pela Agehab contra Construtoras contratadas para execução de obras.

#### 5.1.1 INVESTIMENTO

Referente baixa de ações adquiridas pela COHAB – Companhia Habitação de Goiás da Saneago (Companhia de Saneamento de Goiás), devido a mudança do plano real em 1994, valores atualizados abaixo de R\$ 1,00 (Hum real), a empresa Saneago efetuou a baixa destas ações contra reservas de capital, conforme documentação anexa, ofícios nº 4029/2016 e 2457/98 e Assembleia Geral no valor de R\$ 5.545,17.

#### 5.2. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor
			Residual
Veículos	1.116,00	-1.116,00	0,00
Móveis e Utensílios	425.494,99	-320.912,93	104.582,06
Equipamentos de Comunicação	14.421,36	-2.207,31	12.214,05
Computadores e Periféricos	769.702,47	-456.427,15	313.275,32
Instalações de Escritório	110.282,02	-46.945,31	63.336,71
Terrenos	2.426.432,42	-	2.426.432,42
Edificações	123.309,16	-59.469,32	63.839,84
Benefitória em Imóveis de Terceiros	146.858,96	-15.078,08	131.780,88
Total do Imobilizado	4.017.617,38	-902.156,10	3.115.461,28

a.1) No Imobilizado estão classificados os recursos aplicados em todos os bens ou direitos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da entidade e dos seus empreendimentos, foram registrados pelo custo de aquisição, os bens sujeitos a depreciação foram depreciados pelo método linear a taxas que levam em conta seu tempo de vida útil econômica;

a.2) Foi executado no ano 2016 levantamento patrimonial dos bens móveis da Agehab, como identificação e fixação de etiqueta de patrimônio alocando os bens fisicamente por departamentos, centro de custos e contas contábeis; adequação e classificação contábil dos valores levantados após o tombamento físico; revisão de vida útil dos bens passíveis de depreciação, atribuindo taxas fiscais e econômicas.

Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor
			Residual
Software	676.916,26	-39.229,60	637.686,66
Total do Intangível	676.916,26	-39.229,60	637.686,66

b.1) No ano de 2016 foram adquiridos sistemas operacionais de grande porte; em

fase de implantação dos sistemas corporativo ERP de integração contábil, financeira, departamento pessoal, almoxarifado e outros e sistema de Gestão Eletrônica de Documentos.

## 6. PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos circulantes contemplam as obrigações no período circunscrito até 31 de dezembro de 2016, segue composição:

### 6.1. Impostos e Contribuições a Recolher:

a)Obrigações a recolher oriundas de contribuições sobre salários e impostos sobre a receita referente a competência de Dezembro de 2016.

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Consignações sobre a folha de pagamento	114.130,31
Obrigações Previdenciárias	367.113,96
Obrigações Tributárias	589.651,02
SOMA	1.070.895,29

### 6.2 Fornecedores de Bens e Serviços

Valores a serem pagos a Fornecedores, dívidas em Curto Prazo no total de R\$ 766.442,75, oriundos de aquisição de bens, prestação de serviços durante o ano de 2016.

### 6.3 Impostos e Contribuições Parcelados a Curto Prazo

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Lei nº 11.941/2009	10.707,48
INSS Parcelado	31.441,54
INSS Parcelado 2011 a 2012	19.536,60
SOMA	61.685,62

Refere-se a parcelamento junto à Receita Federal de Impostos Federais e INSS de períodos anteriores, que ora estão atualizados monetariamente.

### 6.4 Provisões Trabalhistas e Contingências Diversas

6.4.1 Proveniente de registros das seguintes contingências: Provisão Férias, 1/3 Férias e os Impostos (INSS e FGTS) no valor de R\$ 2.586.666,92,

6.4.2 PASSIVOS CONTINGENTES Referem-se a obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou  
(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. A Agência Goiana de Habitação S/A responde por processos judiciais de natureza Trabalhista, Fiscal e Civil.

Processos de Natureza Cívica, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO PROVÁVEL

01(Uma) ação cobrança por descumprimento de cláusula contratual, marcada audiência de conciliação;

01 (Uma) ação de cobrança em face de Construtora contratadas para execução de Obras, visando recebimento de valores por descumprimento de contrato, bem como pelas inúmeras reclamações trabalhistas em que a AGEHAB foi condenada e respondeu subsidiariamente com tal construtora. A sentença em primeiro grau julgou parcialmente procedente os pedidos iniciais da AGEHAB frente à construtora: Contúdo improcedente em face da seguradora, condenando AGEHAB em honorários advocatícios, a assessoria jurídica ingressou com Apelação tentando reverter à parte improcedente da Sentença.

Processos de Natureza Cívica, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO POSSÍVEL.

02 (Duas) Ações de indenização com trâmite na Comarca de Formosa, a assessoria jurídica apresentou contestação e o processo aguarda audiência de instrução e julgamento;

01 (Uma) Ação de indenização por danos materiais e morais, acidente em obra do Real Conquista, não houve audiência de instrução e nem sentença neste processo;

10(Dez) ações de obrigação de fazer com indenização de danos morais e materiais, em curso na Comarca de Quirinópolis, sem sentença, alegações finais apresentadas.

10(Dez) ações de adjudicações compulsórias promovidas pelo último adquirente do imóvel, pretendendo a transferência forçada de imóveis de propriedade da Agehab, o passivo seria os honorários advocatícios.

84 (Oitenta e quatro) ações de usucapião, são promovidas pelos mutuários que não conseguem a escrituração do bem ou pelos invasores que entendem preenchidos os requisitos para usucapir o imóvel, o passivo seria os honorários advocatícios.

01 (Uma) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, contra o Estado de Goiás(AGEHAB) e Município de Goiânia (AMMA), objetivando a regularização fundiária do Conjunto Vera Cruz, foi concedido parcialmente a liminar, para determinar o Município de Goiânia a entrega de levantamento topográfico, processo concluso para sentença.

01 (Uma) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, contra o Estado de Goiás(AGEHAB) e Município de Goiânia, objetivando na obrigação de fazer consistente em remover as famílias da área de risco do loteamento "Santa Genoveva II", em caso de procedência do pedido, a Agehab deverá ser condenada a concessão de cheque moradia às famílias a serem reassentadas que se enquadrarem nos critérios do cheque moradia.

01 (Uma) ação por parte do Ministério Público do Goiás ingressou com inquérito judicial tendo em vista a ocupação irregular de 22 (vinte e duas) famílias que vivem de forma precária em Área Pública Municipal (ao lado do Albergue do AMEM II, Setor Recanto do Bosque). De forma a sanar a situação, o Município de Goiânia promoveu a desafetação de uma Área Pública localizada na Quadra 14, Setor Jardim das Hortências, e o desmembramento desta em lotes, entregando estes às famílias carentes, entretanto sem a edificação, deixando às citadas a incumbência de promoverem a construção das moradias. Buscou o MP condenar o Município de Goiânia e Agência Goiana de Habitação - AGEHAB em OBRIGAÇÃO DE FAZER, consistente na edificação, em parceria pelo Programa Cheque Moradia, das casas das famílias beneficiadas com lotes urbanos no Setor Jardim das Hortências.

01 (Uma) Ação Civil Pública com Pedido Liminar de antecipação do Efeitos da Tutela em face do Município de Itumbiara, AGEHAB e outros. Segundo o MP-GO, os substitutos processuais que representa estão em situação de hipervulnerabilidade, vivendo em condições profunda miserabilidade. Ciente da existência de conjunto habitacional Santa Helena em que existiam pessoas habitando irregularmente e da suposta desvirtuação dos fins dos imóveis ocupados irregularmente, o MP-GO pede o cumprimento do contrato entre os beneficiários originários, a AGEHAB e o Município de Itumbiara; além da reintegração da posse dos imóveis relacionados à posse da AGEHAB e ao Município de Itumbiara; a imposição da obrigação de fazer à AGEHAB e ao Município de Itumbiara, de modo a proceder com a alocação dos substituídos processuais representados pelo MP-GO. Ressalte-se que a ação ainda se encontra em curso e não houve sentença transitada em julgado.

01 (Uma) Ação Civil Pública com obrigação de Fazer em face da AGEHAB e do Município de Goiânia, em que trata da ocupação irregular de 22 famílias na Avenida Barbosa Rodrigues no Setor Jardim Mariliza, em Goiânia-GO. Sentença já proferida, em que condena o Município de Goiânia a proceder com o cadastramento das famílias que ocupam irregularmente o logradouro público em questão, além de inserir as não cadastradas em programa de habitação seja por meio de doação de moradia já edificada seja por meio da doação de lote. Caso o município opte pelo segundo caso, a AGEHAB estará obrigada a inserir as referidas famílias no programa "Cheque Moradia", destinado a elas verbas suficientes à edificação de moradia digna.

Processos de natureza Cívica, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO CERTO

01(Uma) ação por indenização de danos morais e materiais, assessoria jurídica peticionou impugnando o valor da execução, os autos estão conclusos para decisão acerca do valor da execução;

Processos de natureza Cívica, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO REMOTO.

Aproximadamente 100 (Cem) ações de reintegração de Posse propostas pela Agehab, nas comarcas de Goiânia, Ceres, Silvânia dentre outras, no intuito de retirar invasores das unidades habitacionais de interesse social que descumpriram cláusulas do Programa Cheque Morais, podendo gerar passivo remoto em relação aos honorários advocatícios.

Processos de Natureza Fiscal, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO POSSÍVEL.

503 (Quinhentos e três) ações de execução fiscal promovidas pelo Município de Goiânia, visando à cobrança de IPTU não pagos pelos possuidores/proprietários dos imóveis, frente a estas ações a assessoria jurídica ou protocolo embargos à execução ou exceção de pré-exclusividade.

Processos de Natureza Fiscal, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO PROVÁVEL.

53(Cinquenta e três) ações de execução fiscal promovidas pelo Município de Rio Verde, visando à cobrança de IPTU não pagos pelos possuidores/proprietários dos imóveis, frente a estas ações a assessoria jurídica ou protocolo embargos à execução ou exceção de pré-exclusividade.

Processos de natureza Trabalhista, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classificados como PASSIVO POSSÍVEL.

03 (Três) Reclamações em face da AGEHAB x empresa de Locação de Veículos. A sentença condenou subsidiariamente a está agência. Caso a empresa não quite o valor recairá sobre a AGEHAB, contudo está sendo retido tal valor dos repasses mensais da empresa, que apresentou proposta de parcelamento, e caso quite, o valor será devolvido.

01 (Uma) ação reclamatória trabalhista de funcionário de obras- ACIDENTE DE TRABALHO - Foi designada Audiência de Instrução e Julgamento para dia 14/08/2017.

01 (Uma) ação reclamatória de ex-empregada da AGEHAB. Pleiteia reconhecimento da jornada de trabalho do advogado e diferenças salariais. Sentença favorável a AGEHAB. A Reclamante ingressou com Recurso Ordinário que manteve a Sentença. A reclamante ingressou com AI para tentar levar seu Recurso de Revista junto ao TST (neste tribunal o entendimento atual seria desfavorável a AGEHAB).

Processos de natureza Trabalhista, não provisionados, pelo fato do valor da obrigação não poder ser mensurado com suficiente confiabilidade, sendo classifica-

dos como PASSIVO PROVÁVEL.

01 (Uma) Reclamação em face da AGEHAB x Construtora em obras no município de SouzaLândia-Barro Alto/GO. Sentença Desfavorável condenando a AGEHAB subsidiariamente. Assessoria jurídica ingressou com Recurso Ordinário, inclusive fazendo sustentação oral no TRT/18, contudo não logrou êxito. Processo em fase de Execução contra a construtora e seus sócios. O débito provavelmente recairá sobre a AGEHAB via penhora. Contudo, assessoria jurídica, impugnará o valor da execução por divergência nos cálculos.

02 (Duas) ações trabalhista de funcionário no REAL CONQUISTA. Pugna por diferença salarial. Apresentamos RECURSO ORDINÁRIO que ainda não foi julgado.

01 (Uma) Reclamação em face da AGEHAB x Construtora em obras no município de Gouvelândia/GO - Sentença, proferida pela juíza substituta, condenou subsidiariamente a Agehab. Ingressou com Recurso Ordinário que ainda não foi julgado.

Processos de natureza Trabalhista, PROVISIONADO, sendo classificados como PASSIVO CERTO.

01 (Hum) processo de funcionários da Agehab, quanto a aplicação dos índices de Convenção Coletiva do Trabalho, processo em fase de cumprimento de sentença, a assessoria jurídica ingressou com impugnação ao laudo pericial no valor de R\$ 736.611,98, devidamente contabilizado e atualizado monetariamente.

6.5 Adiantamentos de Obras

Saldo no valor total de R\$ 1.757.034,64 correspondente aos adiantamentos feitos pelas contas correntes das obras civis para conta corrente da Agehab ou entre obras.

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Adiantamento recebidos das Obras Civis	1.757.034,64

## 7. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

7.1) Rubrica denominada de Créditos para Recursos Vinculados, referente a Desembolso de Outros Agentes por conta de Contratos, para construção de unidades habitacionais, programa PSH, Resolução 460, FNHIS, SUB 20, PHIS e Convênios de Cooperação Técnica e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com a Secretaria das Cidades e Ministério das Cidades no valor total de R\$11.625.747,38, todos a valor presente, conforme segue:

Descrição	Saldo Contábil
Programa Resolução 460	1.316.731,63
Programa Habitacional SUB 20	6.521.329,61
Convênio Secretaria de Meio Ambiente (SECIMA)	1.154.660,30
Convênio Ministério das Cidades (PAC)	2.604.220,72
Convênio Secretaria da Fazenda FCVS	28.805,12

7.2) Parcelamento de Débitos de impostos em longo prazo, atualizados financeiramente.

no valor total de R\$ 144.645,45, sendo os seguintes:

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Lei 11.941/2009	71.383,20
INSS Parcelado	73.262,25

## 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido no valor de R\$ 26.891.709,90 está demonstrado com as seguintes contas:

8.1) Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2.016 no valor de R\$ 110.917.981,64, composto de 110.917.981,64 ações ordinárias nominativas com valor unitário por ação de R\$ 1,00 (um real), sendo o Governo do Estado de Goiás acionista majoritário com 99,92% das ações.

Aprovado aumento de Capital, através de Assembleia Geral, Ata nº 93 no valor de R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de Reais) contabilizado em 30/06/2016, deste, o saldo a Integralizar em 31 de Dezembro de 2016 de R\$ 18.215.585,52.

8.2) Reservas de Capital no valor de R\$ 9.389.064,77, com bens e serviços a realizar, sendo investimentos de ações no valor de R\$ 6.789.064,77 e Edificações no valor de R\$ 2.600.000,00;

8.3) Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 49.037.277,03;

Prejuízo do Exercício de 2014 no valor de R\$: 11.759.984,09;

Prejuízo do Exercício de 2015 no valor de R\$ 19.706.675,98;

Prejuízo do Exercício de 2016 no valor de R\$ 18.993.909,13;

Ajustes positivos de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 6.082.509,72

Prejuízo Acumulado total é de R\$ 93.415.336,51

## 9. RECEITA LÍQUIDA

Esse grupo de Receita Líquida esta composta da seguinte forma:

Receita Operacional Bruta

Receitas na Gestão de Créditos da Carteira Imobiliária do Estado de Goiás e Taxas de Expediente de serviços prestados.

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Receita na Gestão de Cobrança	3.622.465,08
Receita de Tarifas de Expediente	29.741,36
Soma	3.652.206,44

(-) Deduções da Receita Bruta

Descrição da Conta	Saldo Contábil
ISS	182.618,27
PIS	60.261,40
COFINS	277.567,69
Soma	520.447,36

= Receita Líquida Operacional R\$ 3.131.759,08

Receitas Financeiras

Descrição da Conta	Saldo Contábil
--------------------	----------------

Receitas Operacionais	59.452,58
Descontos Obtidos	43,21
Rendimento de Poupança	472.816,46
Atualização de Financiamentos Concedidos	348.396,89
Varição Monetária Ativa	81.003,91
Soma	961.713,05
Resultado de Contratos Convênios/Obras	
Refere-se a encerramento de Diversas Obras durante o ano de 2016 que ocasionaram em receita para Agência Goiana de Habitação S/A.	
Descrição da Conta	Saldo Contábil
Resultado Positivo de Contratos de Obras	1.219.869,03
Soma	1.219.869,03

## 10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	16.171.890,69
Outras Despesas Administrativas	813.676,02
Despesas Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.085.537,18
Despesas Serviços de Terceiros – Pessoa Física	220.194,82
Despesas com Viagens a Serviço	87.149,00
Soma	20.378.447,71

## 11. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Tarifas Bancárias	1.859,82
Juros e Multas Passivas	24.045,52
Atualizações Monetárias	202.981,98
Soma	228.887,32

## 12. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição da Conta	Saldo Contábil
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	132,08
IPU – Imposto Predial Territorial	765.343,06
ISTI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis	2.002,21
Impostos e Taxas Federais, Estaduais e Municipais	5.824,69
Soma	773.302,04

## 13. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Depreciação de Bens	166.581,92
Amortização de Bens	23.639,71
Associações	19.396,32
Contribuições e Mensalidades Patronais	151.453,66
Conselhos de Classe	4.508,26
Soma	365.579,87

## 14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição da Conta	Saldo Contábil
Resultado Negativo de Obras	663.173,75
Soma	663.173,75

## 15. PERDAS DE CAPITAL

Foi registrado em Perda de Capital valor referente baixa do prédio que conforme pareceres não pertence à Agência Goiana de Habitação S/A no valor de R\$ 1.897.859,60.

## 16. DO RESULTADO ECONÔMICO DA GESTÃO DO ANO DE 2016

Foram as muitas realizações durante o ano que colocaram os programas executados pela Agehab como modelo para o País, reconhecidos por entidades da área. Um dos exemplos foi a conquista do programa Cheque Mais Moradia, agraciado com o prêmio Selo de Mérito de 2016 da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC), na categoria programa estruturante.

Conforme verificado no Balanço Patrimonial do exercício em curso e na Demonstração de Resultado, a entidade apresentou resultado negativo na ordem de R\$ 18.993.909,13, pelo seguinte fato :

O Governo do Estado de Goiás, acionista majoritário, aportou durante o ano de 2016 o valor de R\$ 16.235.534,92 referente Integralização de Capital Social para manutenção desta entidade, sendo este valor contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido. As receitas totalizam R\$ 3.652.206,44 refere-se a Administração da Carteira Habitacional e Tarifas de Expedientes recebidas. Goiânia/GO, 31 de dezembro de 2016.

LUIZ ANTONIO STIVAL MILHOMENS Presidente CPF: 839.954.471-04	FERNANDO JORGE OLIVEIRA Diretor Administrativo CPF: 375.685.581-34
HYULLEY AQUINO MACHADO Diretor Financeiro CPF: 789.352.881-87	MARCEL BRUNO S. SOUZA Diretor Técnico CPF: 902.554.611-00
MURILO MENDONÇA BARRA Diretor Des. Inst. Coop. Técnica CPF: 573.985.341-91	KAMILA G. RODRIGUES Contadora CRC nº 017564 CPF: 913.946.431-87

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ILMO Srº Luiz Antônio Stival Milhomens  
Agência Goiana de Habitação S/A  
CNPJ 01.274.240/0001-47  
Goiânia – GO

Examinamos as Demonstrações Contábeis da Agência Goiana de Habitação S/A que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, e do Fluxo de Caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondente Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Expressamos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis em nosso relatório com data de 03 de Abril de 2017. Essas demonstrações contábeis não refletem os efeitos de eventos que ocorreram após o dia 03 de Abril de 2.017.

## Opinião do Auditor Independente

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Goiana de Habitação S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Sociedades de Economia Mista.

## Base para Opinião do Auditor

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria – PAA

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requerido a comunicar esse fato. "Não temos nada a relatar a este respeito".

As Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2015, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, tendo sido emitido "Relatório dos Auditores Independentes" sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, na data de 07 de Abril de 2016.

## Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração da Agência Goiana de Habitação S/A é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, específicas para Sociedade de Economia Mista e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da "Auditada" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que os Diretores pretendam liquidar a "Auditada" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 03 de Abril de 2017.

AGUIAR ARAÚJO DE OLIVEIRA  
AUDITOR INDEPENDENTE  
CRC-GO 7.306/O CVM 9.059

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Analizamos o relatório da Diretoria, bem como as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, composto de BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA e NOTAS EXPLICATIVAS, e levando em conta o PARECER emitido pela Auditoria Independente, nos termos do relatório de auditoria correspondente, que contém todos os pontos julgados merecedores de destaque, nosso parecer é pela aprovação das referidas demonstrações.

A documentação foi analisada sob aspectos da veracidade ideológica presumida. Os membros deste Conselho atestam que não há irregularidades, ilegalidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e que os administradores contemplam de idoneidade e responsabilidade sobre os cofres públicos, desta Agência, acolhendo integralmente o que foi consignado no Relatório de Auditoria Independente e do Conselho Fiscal que, doravante, passa a integrar o presente parecer.

Goiânia, 24 de Abril de 2017.

VILMAR DA SILVA ROCHA  
Presidente

LUIZ ANTONIO STIVAL MILHOMENS  
Vice-Presidente

EDUARDO GOMES COTTA MENDONÇA  
Membro

SARKIS NABI CURI  
Membro

EDSON MELO FILIZZOLA  
Membro

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A – AGEHAB infra-assinados, após examinarem o BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA e NOTAS EXPLICATIVAS, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e levando em consideração o PARECER emitido pela Auditoria Independente, nos termos do relatório de auditoria correspondente, que contém todos os pontos julgados merecedores de destaque, são de parecer favorável à aprovação das referidas demonstrações. A documentação foi analisada sob aspectos da veracidade ideológica presumida.

Os membros do Conselho Fiscal atestam que não há irregularidades, ilegalidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e que os administradores contemplam de idoneidade e responsabilidade sobre os cofres públicos, desta agência, acolhendo integralmente o que foi consignado no Relatório de Auditoria Independente que, doravante, passa a integrar o presente parecer, deixando registrado, finalmente, a necessidade de cumprimento das recomendações ali consignadas, relativamente à necessidade de averiguação da segurança do sistema de informação desta Agência e, bem assim, a consulta acerca da possibilidade de restituição/compensação de créditos vinculados a órgãos públicos.

Goiânia- Goiás, 17 de Abril de 2017.

SERGIO AUGUSTO INÁCIO DE OLIVEIRA  
Conselheiro

GUILHERME FREITAS SOUZA  
Conselheiro

BENITEZ BRANDÃO CALIL  
Conselheiro